

# Medo do fantasma

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF  
Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)

O presidente Lula irá ao Japão na próxima semana participar da reunião do G-7, que é o encontro dos representantes das maiores economias do mundo. É importante aparecer nas fotos e ter a oportunidade rara de reuniões bilaterais com os líderes de diversas regiões do mundo. No final deste mês, ele receberá em Brasília presidentes dos países sul-americanos para discutir maior integração entre os mercados e, possivelmente, o assustador crescimento da extrema direita no continente. Como fazer para reverter a aparente tendência que está massacrando os políticos chilenos, argentinos e colombianos.

O presidente Lula está apaixonado pela política externa. É apaixonante mesmo. O mundo está sempre em transformação e os valores mudam de peso e importância com enorme velocidade. Acontece que no sistema presidencialista brasileiro não há a figura de um executivo que governe segundo as diretrizes presidenciais. Neste momento, a política nacional está entregue aos extremos fúxicos no Congresso em Brasília e às discussões que se revezam entre Nova York e Lisboa. Os brasileiros ficam sabendo das novidades pelos correspondentes internacionais.

O Congresso não aprovou até agora nenhuma

das medidas que o governo Lula solicitou. Nada. As discussões se sucedem sobre assuntos menores e os ministros vão ao Parlamento para serem confrontados, xingados e responderem com ironias. Enquanto isso, o presidente e sua flamejante primeira-dama desfilam pelos principais palcos do mundo. Discursa sobre guerra na Ucrânia com a mesma facilidade com que didatiza sobre a selva amazônica e se socorre criticando as elevadas taxas de juros praticadas no mercado interno brasileiro. Mas não anuncia obras nem decisões concretas. Sua principal obra até agora foi a retirada das grades em frente ao Palácio do Planalto. Cercas não combinam com a democracia, sentenciou.

Governos existem para governar, não para contar histórias. Uns dos truques mais utilizados pelas lideranças políticas é o de trocar o presente pelo futuro. No tipo: vamos fazer um sacrifício agora para receber melhor no futuro. São trocas que não funcionam porque governos são maus pagadores, e políticos não costumam ter memória. O governo Lula 3 está com dificuldades com sua base política. O PT raiz não concorda com a porção liberal embutida na administração. E tenta desfazer a legislação liberal aprovada no governo Temer.

Gasta-se tempo e conversa para tentar fazer

a roda da história girar ao contrário. Perda de tempo, segundo o presidente da Câmara, Arthur Lyra, em entrevista a repórteres brasileiros em Nova York. O governo garante respeito às leis para tentar dar garantias ao eventual investidor nacional ou internacional. Mas o presidente convida o chefe do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra para viajar junto com ele para Pequim, na China. E as invasões de terra pelo MST se multiplicam pelo país. As negociações com o Congresso Nacional também não resultaram em nada de positivo. O grande articulador político não tem sido bem representado nas conversas. E o governo perde votações importantes.

Os governos de esquerda na América Latina são muito parecidos. Todos têm a mesma característica de conviver com inflação elevada, alto endividamento, economia atrasada, baixo nível de escolaridade. No Brasil, na Argentina ou em outro país, pode se perceber a ocorrência dos mesmos problemas. Os nomes podem mudar, mas os efeitos são os mesmos. Esse cenário provoca o surgimento de figuras tipo Bolsonaro, que a princípio negam a política e depois se deliciam com ela. O roteiro é conhecido. Não é original. Hitler foi eleito depois da grande inflação alemã. O meio mais eficaz de combater a extrema-direita é montar governos eficientes que atendam as reivindicações da população. Menos discurso e mais ação.

O discurso direitista é construído pela ruína da esquerda. Ninguém pode esquecer que o fenômeno Bolsonaro foi criado no Brasil pelo desastre da administração PT no governo Dilma. O país afundou numa recessão pesada por consequência dos seguidos e profundos erros da equipe econômica da ex-presidente que hoje está exilada na presidência do Banco do Brics, em Xangai, na China. O governo atual, que foi eleito numa composição de forças e venceu por menos de 2% a eleição, não deve perder de vista sua precária posição política. Se o governo Lula permanecer na atual inação e não avançar na satisfação das reivindicações populares, estará chocando o ovo da serpente. Extrema-direita sempre existiu. No Brasil, recentemente, seus líderes tiveram a coragem de mostrar a face e os objetivos. O fantasma, portanto, é conhecido: tem nome e endereço.

# Os pais no combate à violência nas escolas

» RUBENS DECOUSSAU TIKIAN  
Advogado especialista em mediação e gestão de conflitos

Ante a triste recorrência de ataques e assassinatos nas escolas, é necessária uma análise holística do problema para entender suas causas e combatê-lo de modo eficaz. A externalização dessa violência injustificável tem, na realidade, raízes em conflitos internos que não foram devidamente tratados na origem. A questão é complexa, a começar pelo fato de muitos pais, diante de uma vida atarefada, delegarem a educação e o cuidado dos filhos aos professores. Porém, a finalidade precípua das escolas é a formação acadêmica.

As duas fases da vida que exigem mais atenção e acolhimento são os primeiros sete anos e os sete subsequentes, até os 14. É nessa idade que se formam as características de caráter, personalidade e valores e que se começa a experimentar o mundo lá fora. A ausência dos pais na vida das crianças a deixam no modo automático, suscetíveis e expostas a todas as interferências e opiniões externas, sem filtros e orientação para enfrentar seus problemas.

Consequentemente tem-se, de um lado, o excesso de liberdade e, de outro, insegurança. Assim, problemas de comportamento e relacionamento começam a ocorrer e com enormes dificuldades de serem contidos, pois a criança não aprendeu sobre os limites da vida e não entende que seu direito termina onde começa o dos outros. Agressões em sala de aula, bullying, desrespeito aos professores e aos colegas e falta de empatia e solidariedade tornam-se recorrentes.

O mais preocupante é que alguns pais, infelizes com o desenvolvimento dos filhos, insistem em projetar a culpa do insucesso na escola e não têm tempo ou inteligência emocional para contribuir.

Soma-se a isso a presença das mídias sociais, cujas consequências – não só às crianças – podem ser terríveis. Não saber lidar com suas dinâmicas é o caminho certo para a baixa autoestima e a depressão. O ser humano muito além da superficial imagem do mundo virtual. Nosso verdadeiro olhar deve ir muito além das cascas. Ou seja, enxergar e estar em contato com a verdadeira essência das pessoas. Isso é justamente o que as redes ajudam a esconder muito bem, de modo a passar uma imagem às crianças de que tudo está perfeito lá fora, gerando a falsa e perigosa impressão de que as inseguranças e medos ocorrem apenas com elas.

As crianças e os adolescentes devem ser verdadeiramente escutados e trabalhados em suas forças e fraquezas, para que tenham consciência de que as dificuldades estão presentes na vida de todos. Na falta dessa orientação, eles não se fortalecerão e acabarão apoiando-se em muitas ideias estapafúrdias disponíveis na Internet, alimentando ódio ou buscando fuga nos mais variados vícios.

Outro problema refere-se à forma como o processo de inclusão está ocorrendo. Tamanha é a vontade de determinadas pessoas de promover a inclusão de uns que acabam forçando um caminho perigoso de exclusão de outros. Para incluir, não é necessário excluir. Com isso, aquilo que deveria ser um processo orgânico passa a ser algo forçado e não planejado, fazendo com que o próprio incluído se sinta uma peça estranha no tabuleiro. O efeito torna-se rebote.

Não se deve, por exemplo, terminar com o Dia dos Pais e o Dia das Mães para dar lugar ao Dia da Família. Que façam todos, pois podem coexistir em harmonia. Excluir os primeiros, como vem acontecendo, gerará polarização e desarmonia no processo de inclusão.

Algo que pode contribuir é uma dinâmica em círculos nas escolas, ministrada por profissionais especialistas e com participação assistida dos pais, a fim de permitir que crianças trabalhem suas forças e fraquezas, enaltecendo o seu lado bom e gerando união e compaixão para apoio nos temas de maior dificuldade. Com isso, percebem que a vida vai muito além daquilo que os olhos veem. Aprendem a enxergar verdadeiramente o outro e legitimar suas dificuldades, nomear os seus sentimentos e dos amigos, estender a mão e ajudar quando possível. Isso evita substancialmente o advento do conflito e gera empatia e união, e as crianças têm muito menos chances de se sentir excluídas, inseguras, debochadas ou criticadas, num verdadeiro processo de melhoria e evolução coletiva.

Esse círculo restaurativo ajudará as escolas na criação de um ambiente seguro e de conforto às crianças para poderem externar e tratar coletivamente suas necessidades. Com isso, os alunos são fortalecidos internamente, afastando-se os males do bullying e gerando espírito de união. Cada um contribui um pouco para o fortalecimento do outro.

Essa é uma das formas poderosas de comunicação e neutralização dos problemas nas escolas. É um modo de valorizar as características de cada um e ajudar as crianças a entenderem que todos passarão, ao longo da vida, pelo desafio de desenvolverem e enfrentarem suas dificuldades. Esses círculos também proporcionarão o fortalecimento pessoal das crianças, para que fiquem mais bem-preparadas para os conflitos internos e externos, evitando que essas interferências as abalem. Forma não apenas crianças mais seguras, mas, em alguns anos, adultos bem-resolvidos e mentalmente saudáveis. Em qualquer canto do mundo onde houver crianças felizes, haverá sonhos, alegria e esperança de um futuro melhor.



# A liberdade pede passagem

» CRISTIANE DAMASCENO  
Presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada da OAB, professora do UniCeub e do IDP

Brasília chega aos 63 anos exercendo sua vocação: ser o centro político capaz de compreender e viabilizar as mudanças necessárias ao desenvolvimento e ao progresso do país. É por isso que, aqui, desaguam todas as demandas relevantes do país — como é, neste momento, a discussão sobre o enfrentamento ao assédio e todas as suas formas. Trata-se de debate que, por muito tempo, não foi compreendido como relevante e, graças à persistência daquelas que mais sofreram, agora está na agenda do dia.

A advocacia, cujo desenvolvimento no Brasil está intimamente atrelado ao amadurecimento da capital, tem sido fundamental nesse processo. Têm vindo da profissão importantes iniciativas que servem de bom exemplo para que outros segmentos também possam fazer sua parte. No mês de abril, por exemplo, entregamos à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 1.852/2023, que inclui no Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/1994) a permissão para que sejam punidos, após o devido processo e a comprovação, advogados que praticarem assédio contra colegas. Se aprovado, o assédio passará a ser uma infração ética e entrará para a lista de atitudes puníveis com a suspensão do direito de exercer a profissão.

Como presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada, tenho tido a oportunidade

de coordenar o processo que resultou na apresentação formal do texto ao Congresso. É certo que a união da classe é fundamental. A colega advogada e deputada federal pelo Rio de Janeiro Laura Carneiro, por exemplo, topou a missão de assumir a autoria do projeto. Presidentes das OABs estaduais, homens e mulheres, inclusive o presidente Délio Lins e Silva Júnior, da OAB-DF, se empenharam para articular a rápida aprovação do regime de urgência para o texto — que foi bem recebido pelo presidente da Câmara, deputado Arthur Lira, de Alagoas.

Somos 1,3 milhão no Brasil e cerca de 50 mil no Distrito Federal. Nos dois níveis, a maioria da advocacia é formada por mulheres e jovens, justamente as faixas mais penalizadas pelo assédio. O projeto leva em conta, no entanto, que também existem homens experientes vitimados por essa prática. Precisamos assegurar a dignidade e a independência de todos nós advogados para que possamos fazer valer os direitos de nossos representados, atuar contra o abuso e em favor da Constituição, dos direitos e garantias individuais.

Esse novo projeto de lei, de iniciativa da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), é mais um pedido de passagem para a liberdade, valor extremamente importante para quem vive do direito e para aqueles que vivenciam o Distrito Federal

em toda a sua beleza, dificuldades e contradições.

Ao longo desses 63 anos, a advocacia participou ativamente da construção de Brasília, frequentemente lembrada no cenário nacional como a cidade do Brasil com uma das piores e mais cruéis desigualdades entre pobres e ricos e, ao mesmo tempo, sede do bairro que tem a maior renda por habitante do país. Nesse contexto de perene conflito, advogados sempre exerceram papel fundamental para o desenvolvimento de nossa cidade, pedindo passagem para as liberdades.

Cabe à advocacia se manter vigilante e jamais aceitar retrocessos nos diversos pontos em que obtivemos as principais vitórias da história da profissão nos últimos anos. Entre elas estão o combate mais efetivo ao abuso de autoridade e ao aviltamento de honorários (que é o dinheiro com o qual o advogado vive). Graças à atuação da OAB, maior e mais forte entidade de classe do Brasil, conseguimos a Lei de Abuso de Autoridade (13.869/2019), que pune as autoridades infratoras, e a reforma do Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/1994), que passou a ser explícito, desde 2022, a respeito da obrigatoriedade de observância pelos juízes do Código de Processo Civil (CPC) ao fixar os percentuais dos honorários de sucumbência. É chegada a vez, também, de darmos mais um passe à liberdade, combatendo, de modo efetivo, a prática do assédio.